

A DIMENSÃO ÉTICA DA PROFISSÃO

TEREZINHA AZERÊDO RIOS

Quero, em primeiro lugar, registrar meu agradecimento ao Centro de Estudos da Antigüidade Greco-Romana pela oportunidade de aqui estar, partilhando com este grupo idéias que são fruto da reflexão que venho desenvolvendo neste meu caminho da filosofia e da educação.

Fui apresentada como uma professora do Departamento de *Teologia e Ciências da Religião* da PUC-SP. Nesse espaço, vêm convivendo pessoas e idéias de procedências muito diversas e nele se tem estabelecido um rico diálogo verdadeiramente interdisciplinar, que fertiliza a experiência de cada um de seus professores, e a minha de uma maneira muito especial. É aí que, de modo muito gratificante, venho fazendo o exercício da *philo-sophia*, busca amorosa do *saber*, cuja origem etimológica nos remete também a *sabor*. Saber, conhecer, é também *sentir o gosto*. Buscar este *saber saboroso* é tarefa cotidiana do filósofo. É assim que em minha trajetória tenho me voltado para a questão da ética e da profissão, que trago para o debate neste Simpósio.

Caracterizando-se como uma *busca amorosa de um saber inteiro*, a filosofia é um exercício permanente de *crítica*, de um olhar que procura voltar-se para a realidade no sentido de vê-la com *clareza, profundidade e abrangência*.

Terezinha Azerêdo Rios é mestre em Filosofia da Educação, professora do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ver claro, para evitar os elementos que prejudicam nosso olhar, evitar as armadilhas que se acham instaladas em nós e em torno de nós, nas situações que vivenciamos. *Ver fundo*, não se contentando com a superficialidade, com as aparências. A atitude crítica é uma atitude *radical*, não no sentido de ser extremista, mas de ir às raízes, buscar os fundamentos do que se investiga. *Ver largo*, na totalidade, o que implica procurar verificar o objeto no contexto no qual se insere, com os elementos que o determinam e os diversos ângulos sob os quais se apresenta. Temos o vício de julgar, quando analisamos a realidade, que nosso ângulo é, senão o único, pelo menos o melhor. Com humildade, devemos reconhecer que a *contradição* é uma característica fundamental do real. Ele se apresenta multifacetado e exige um esforço de abrangência para seu conhecimento (RIOS, 1996 b).

Um exercício de crítica *à moda da filosofia*, como costume dizer, caracteriza-se, além do mais, como um esforço de *compreensão*, isto é, de desvelamento da significação, do sentido, do valor dos objetos sobre os quais se volta.

Meu trabalho toma como referência inicial a distinção entre *ética* e *moral*. Enquanto a moral é o conjunto de princípios que norteiam a ação dos homens em sociedade, chama-se ética a ciência do *ethos*, a reflexão crítica sobre esses princípios. A Ética não tem a pretensão de definir normas – quando fazemos uma reflexão ética, nos perguntamos criticamente sobre a consistência e a coerência dos valores que norteiam nossas ações, buscamos sua fundamentação, para que elas tenham significado autêntico em nossas relações sociais. Quero chamar atenção para a presença da ética enquanto reflexão crítica no espaço da profissão e, para isso, terei sem dúvida que partir da noção de *trabalho* – ação livre, consciente, intencional, criadora de cultura e história.

A cultura é o mundo transformado pelos seres humanos, por meio do trabalho, ação marcada pela consciência, pela liberdade e pela intencionalidade, impulsionada por necessidades e por desejos. A capacidade de trabalhar é exatamente o que distingue os seres humanos dos outros animais – o trabalho é, na verdade, a essência do homem. É ação que faz o ser humano ser verdadeiramente humano, ao transformar o mundo e, nesse gesto, transformar também a si mesmo. O homem é um ser que trabalha – pelo trabalho, transitamos de uma natureza humana, concebida como algo de caráter imutável, para uma condição humana, algo que se constrói a partir da ação criadora.

À medida que as relações do homem com o mundo deixam de ser as de um animal completamente adaptado ao mundo, para se converterem, simultaneamente com isso, em relações de adaptação do mundo a ele, o que impõe a transformação deliberada e artificial da realidade exterior, aparece o trabalho como o modo pelo qual o homem começa a produzir para si o mundo, os objetos e as condições de que precisa para existir. A primeira coisa que o homem produz é o mundo, entendido não simplesmente com o “estar aí” da existência inerte das coisas, mas o mundo tornado humano pela presença do homem, e pela organização social que, pelo trabalho, lhe impõe (PINTO, 1969: 84/85).

A idéia de trabalho não se separa, portanto, da idéia de sociedade, na medida em que é com os outros que o homem trabalha e cria cultura. É importante assinalar essa perspectiva coletiva presente na noção de trabalho. Muitas vezes ela vem marcada por um viés ideológico, que é preciso evitar. Algumas formas de que o trabalho tem se revestido historicamente favorecem uma apreciação negativa – brinca-se, afirmando que “o trabalho enobrece, mas também empobrece...”.

Quero garantir desde sempre o conceito de trabalho como fruto da relação dos homens com o mundo e com os outros, relação em que os seres humanos estabelecem formas peculiares de associação, criam significações, revestem de valores a vida e a realidade. O trabalho tem, portanto, uma dimensão axiológica, constituidora do *ethos*. “O *ethos* é a casa do homem”, afirma VAZ (1988:12). É aí que se ultrapassa o determinismo da *physis* e se define para o homem não só um “espaço de vida”, mas um “estilo de vida”, constrói-se um mundo à nossa moda, do nosso jeito.

A questão que se coloca, entretanto, é *qual é o nosso jeito?* Que trabalho é este? Como tem sido historicamente este trabalho? Como ele se transforma em *profissão*? Falar em profissão é encontrar o trabalho como *conjugação de saber e fazer* no contexto social, em que se definem os *papéis* para os indivíduos, de acordo com determinadas expectativas ligadas aos *valores* desse contexto. Embora desempenhemos inúmeros papéis em nossa vida social, os papéis profissionais são aqueles que de uma forma orgânica e sistemática servem como referência para nossa identificação na sociedade. Eles, de certa forma, nos definem. Se me perguntam quem sou, aqui e agora, tenderei a dizer que *sou uma professora*. O meu ofício me define. Meu ofício, minha profissão.

Para pensar essa profissão numa perspectiva crítica, devemos perguntar por suas características, mais precisamente por sua finalidade. Trabalhar, construir o mundo, ser profissional, para quê? Aí é que se vislum-

bra o horizonte da felicidade, cujo outro nome é bem. A finalidade da ação profissional é a intervenção no contexto social, na *polis*, para a *realização do bem*. Ao fazermos esta afirmação, devemos, entretanto, ter cautela. O bem a que nos referimos ficará descaracterizado se nós não o adjetivarmos, qualificando-o como *bem comum*. É perigosa a expressão, porque ela tem vindo marcada com uma carga romântica, ideológica. Quando estou falando do bem comum, que é o outro nome da felicidade, estou falando na possibilidade, na exigência de a atuação dos homens e mulheres na sociedade resultar em algo que seja efetivamente fonte de benefício, de alegria, de prazer, *para todos*. Aponta-se aqui para a real oportunidade de empenho da liberdade, da intervenção criativa, do exercício da *cidadania*.

A realização do bem comum, constituinte desse exercício, guarda nela o sentido rico de relação. Nós nos definimos, nos apresentamos, vivemos efetivamente *em relação, uns com os outros*. O outro – alter – entra na minha constituição e comigo constrói o mundo. Quando ignoro o outro, quando o considero como *alienus* – o alheio, que não tem a ver comigo – tenho a atitude de alienação. No nosso cotidiano, tendemos a afirmar com freqüência que consideramos o outro sem dificuldade. Ora, é mesmo fácil considerar o outro que é muito parecido comigo – é da minha idade, da minha classe, do meu partido. Desafiador é estar frente a um outro que *me faz frente*, me desafia na diferença. No espaço da profissão, de nossos ofícios, convivemos diferenças e semelhanças, buscando ser competentes. No interior da competência, vamos encontrar a dimensão *ética*.

A competência se define como *saber fazer bem o dever*. E é preciso pensar no saber, no fazer e no dever como elementos historicamente situados, construídos pelos sujeitos em sua *praxis*.

A noção de competência se traduz numa articulação estreita entre uma dimensão *técnica*, que diz respeito a uma rigorosa fundamentação teórico-científica e a um domínio de habilidades para intervenção prática na realidade e uma dimensão *política*, que aponta para uma visão crítica do alcance das ações e para o compromisso necessário com as necessidades concretas do contexto social (RIOS, 1996 a:72)

No momento em que me dispus a voltar sistematicamente minha reflexão sobre a formação e a prática profissional, podia-se perceber que se colocava ênfase ora sobre uma, ora sobre outra dimensão da competência, quase de forma antagônica, correndo-se o risco de se fazer uma desarticulação entre as duas dimensões.

A forma de superar esse risco, a meu ver, encontra-se no reconhecimento da presença de uma *dimensão ética*, mediadora entre a dimensão técnica e política. E que não deve ser considerada como uma terceira dimensão. É *mediação* exatamente porque está presente em ambas, garantindo o caráter *dialético* de sua relação. O que se tem é uma competência técnico-ético-política (RIOS, 1995: 122).

Não há uma técnica neutra, desprovida de valores. E também não existe uma perspectiva política que não aponte para um compromisso. Mas não um compromisso qualquer – o compromisso com a *realização do bem comum*. Temos trabalhado com algumas instâncias em que se discute o que se chama de *ética profissional*. Há muitos equívocos na consideração da ética profissional. Fala-se em ética profissional e remete-se aos códigos, que recebem a denominação de “código de ética”. Na verdade, eles não são códigos de ética. Os códigos são *de moral* – normativos, prescritivos, indicadores de competências muitas vezes equivocadas e corporativistas, e garantidores de interesses discutíveis e escusos.

O que faz a ética na profissão? Sendo uma reflexão de caráter crítico, trará à luz a atuação que os indivíduos têm no espaço de seu trabalho, na perspectiva da construção da felicidade. Trabalhar para ser feliz, para fazer a felicidade, proporcionar a felicidade, não como uma coisa que se entrega, mas algo que se constrói coletivamente.

Quero, por fim, assinalar duas coisas importantes em relação à competência profissional. Primeiro, a idéia de que a competência não é algo pronto, não é um modelo a ser rigidamente seguido, mas vai se definindo no processo de trabalho dos homens e mulheres na sociedade. Segundo, ela não é individual. Assim como “é impossível ser feliz sozinho”, é impossível ser competente sozinho, ser bom profissional isoladamente. No meu campo profissional, posso oferecer um exemplo claro do que afirmo. Não existem bons professores de maus alunos – o “mau” aluno impede o professor de ser bom, limita a ação do professor. O que é necessário é trabalhar no sentido de se construir junto – e cotidianamente – a competência.

A dimensão ética da profissão aponta para uma perspectiva *utópica*, da realização do bem comum como um ideal, algo que *ainda não* existe, mas *pode vir a ser*. Aponta-se aí o espaço do possível. Costumo citar com frequência um trecho de um poema de Carlos Drummond de Andrade (1983: 733) em que ele afirma:

Eu tropeço no possível
e não desisto de fazer a descoberta
do que tem dentro da casca do impossível.

Na verdade, é na possibilidade mesmo, enquanto presença *já no real*, que vem se ancorar a dimensão da profissão que vimos chamando de ética. O possível não está pronto. A possibilidade não está dada. O possível se constrói e se constrói tendo como referência a dimensão do bem e da justiça, a possibilidade de uma liberdade conjunta, de um espaço para realização do desejo, não romântico, mas instância humana de superação da necessidade, de busca de ampliação da vida.

Costuma-se afirmar que estamos enfrentando uma crise ética. Penso que se existe algo que podemos qualificar como crise ética, não seria por conta de um conflito de valores, que nos faz buscar nostálgica e saudosamente valores ultrapassados. A crise cria possibilidades de caminhar adiante. O que se pode verificar, na verdade, é uma atitude de *indiferença* diante dos valores. O que temos enfrentado é o desafio apresentado por uma atitude cínica, que despreza a lei, despreza o bem, julga que *tanto faz*, na sociedade e no trabalho. Talvez seja esse o nosso maior desafio: o ceticismo, a descrença, geradora de uma busca de anestesia diante de um mundo caótico. Como quero me livrar do mal, da dor, eu me anestesio. Livro-me da dor, é bem verdade, mas privo-me também do prazer. É contra isso que se tem que lutar, no espaço da profissão. Contra a insensibilidade, dirigindo nossa força na busca do prazer possível, da possibilidade de construção coletiva do bem. Pelo trabalho, construir a sociedade de que desejamos, necessitamos e que é possível, apesar do cinismo e do ceticismo que andam a nos desafiar, e que serão vencidos se pudermos garantir a presença da ética, impulsionadora da busca da felicidade na profissão, na relação, na vida.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, H. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. "Procurar o quê", in *Nova Reunião – 19 Livros de Poesia*. Rio, J. Olympio, 1983.
- PINTO, A.V. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- RIOS, T.A. "Significado e pressupostos do projeto pedagógico". *Idéias* (15). S. Paulo, FDE, 1992.
- _____. "Ética e interdisciplinaridade", in FAZENDA, I. (org.) *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas, Papirus, 1995.
- _____. "O lugar do professor na sociedade contemporânea", in *Revista de Educação* nº 8. S. Paulo, APEOESP, 1996 a.
- _____. "Avaliação participativa", in *Seminário: Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. IEE/PUCSP, 1996 b.
- _____. *Ética e Competência*. S. Paulo, Cortez, 5ª. ed., 1997.
- VAZ, H. C. L. *Escritos de filosofia – ética e cultura*. S. Paulo, Loyola, 1982.